

RECONFIGURAÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR NA PERSPECTIVA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Élister Lílian Brum Balestrin¹
Hieda Maria Pagliosa Corona²
Mauricio Fanin³

RESUMO

O estudo será realizado através de pesquisa bibliográfica. O processo de modernização agrícola apontou uma substituição da agricultura tradicional pela mecanizada, movendo-se para uma expansão capitalista, induzindo a novas formas de produzir e a um novo modo de vida camponês. No processo de transformação agrícola, são notáveis as consequências ambientais e sociais. Ao correlacionar a transformação do mercado globalizado e a alimentação saudável, cada vez mais são necessárias preocupações com produtos primários em quantidades e qualidades adequadas, para que assim seja garantida uma alimentação saudável e o fortalecimento da agricultura familiar, fomentando a diversidade de alimentos. Com base nessa correlação, vem-se tomando nota da importância de estratégias pautadas na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, as quais se estabelecem por dois componentes: um relacionado à produção, disponibilidade, comercialização e acesso ao alimento; e o outro relacionado às práticas alimentares e ao estado nutricional. A compreensão de que entender a reconfiguração social da agricultura familiar é notável, torna-se chave para reformulações de programas públicos com intuito de promover a Segurança Alimentar e Nutricional. Isto é fundamental para caminhar em direção a construção de estratégias alimentares em uma espécie de simbiose emancipadora, possibilitando inovações promissoras no fortalecimento da agricultura familiar e na alimentação saudável e sustentável.

PALAVRAS-CHAVES: Agricultura familiar; Segurança Alimentar e Nutricional; Modernização agrícola.

1 INTRODUÇÃO

O processo de modernização agrícola apontou uma substituição da agricultura tradicional pela mecanizada, movendo-se para uma expansão capitalista, induzindo à novas formas de produzir e a um novo modo de vida camponês. Neste cenário, parcela significativa do meio rural desloca-se a cidades em buscas da sobrevivência, redefinindo a estrutura socioeconômica da agricultura.

O movimento do fluxo migratório do campo para a cidade pode ser atribuído a intensificação da industrialização e urbanização, acompanhada pela demanda de emprego não agrícola, de alimentos, de valorização de terras agrícolas e solo urbano (DELGADO, 1985). O mesmo autor ainda remete-se a mudança da base

¹ Nutricionista, Especialista em Ciências da Nutrição Humana e Saúde Pública, Mestranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Pato Branco.

² Socióloga, Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Pato Branco.

³ Médico Veterinário, Especialista em Clínica de Ruminantes, Mestrando em Ciências Animal pela Universidade Paranaense – Campus Umuarama.



técnica da agricultura, que consiste na incorporação de insumos e equipamentos utilizados, substituindo o modo de produção tradicional.

No processo de transformação agrícola, são notáveis as consequências ambientais, sociais e alimentares como a marginalização de grande parte de agricultores familiares e aumento da pobreza no campo. Desta forma, o hábito alimentar move-se para uma relação indireta com a natureza (BRANDÃO, 1995) e cada vez mais dependente do mercado.

O consumo crescente de produtos industrializados ou semi-preparados fez com que uma parte cada vez mais importante da produção agrícola acabasse por seguir outros caminhos, passando de um bem final de consumo a um insumo para a indústria de alimentos, distribuídos posteriormente aos canais de comercialização (BELIK; GRAZIANO DA SILVA; TAKAGI, 2001).

Ao correlacionar a transformação do mercado globalizado e a alimentação saudável, cada vez mais são necessárias preocupações com produtos primários em quantidades e qualidades adequadas, para que assim seja garantida uma alimentação saudável e o fortalecimento da agricultura familiar fomentando a diversidade alimentar.

Com base nessa correlação vem-se tomando nota da importância de estratégias para reformulações de políticas públicas, onde os programas públicos alimentares passam ser necessários para o enfrentamento de problemas nutricionais, ao mesmo tempo como ferramenta para o desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, tem-se pautado em políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), as quais se estabelecem por dois componentes: um relacionado à produção, disponibilidade, comercialização e acesso ao alimento, e o outro relacionado às práticas alimentares e ao estado nutricional.

Desta forma, o presente artigo através de pesquisa bibliográfica aborda a reconfiguração social da agricultura familiar na perspectiva de Segurança Alimentar e Nutricional.

2 MODERNIZAÇÃO E RECONFIGURAÇÃO SOCIAL DO MEIO RURAL

Em 1950 tem origem o processo de modernização agrícola no Brasil, o qual aponta para uma substituição da agricultura tradicional, totalmente dependente da natureza e com utilização de métodos e técnicas rudimentares, por uma agricultura



mecanizada. No entanto, somente na década de 1960 esse processo se inicia concretamente, firmando-se como um novo modelo econômico brasileiro.

Após 1964, esse processo é atrelado a política de governos militares, que apresentava como pretensão a auto-suficiência alimentar, além de uma produção excedente destinada ao mercado externo, movendo-se para uma expansão capitalista como produtora de matérias primas e alimentos, ao mesmo tempo em que, adquire máquinas e insumos agrícolas (CORONA, 2006).

A partir da década de 70 a modernização agrícola promove significativas alterações rurais, induzindo à novas formas de produzir e a um novo modo de vida camponês. Neste período o desenvolvimento do setor agrário foi maior, passando a responder aos anseios da sociedade urbano-industrial (TEIXEIRA, 2005). Parcela significativa do meio rural desloca-se as cidades em buscas da sobrevivência, apontando o fim do campesinato e a urbanização do campo.

Gradativamente esta década é marcada pela chamada modernização da agricultura, que cada vez mais é subordinada a indústria e conseqüentemente uma maior subordinação da natureza ao capital (TEIXEIRA, 2005). Essa modernização é definida como a incorporação de novos padrões tecnológicos no campo, como forma de integrar as famílias deste meio a novas formas de racionalidade produtiva, trazido pela Revolução Verde.

Conforme discorre Abramovay (1992):

A modernização da agricultura se caracterizou como um processo induzido, que ocorreu a partir do avanço da ciência e da tecnologia moderna que introduziu novas formas de produção que resultaram no aumento da produtividade e na baixa quantidade de mão-de-obra, mas é preciso apontar que nem todos os agricultores de um país adotam as mesmas técnicas, assim existem graus de modernização diferenciados (ABRAMOVAY, 1992, p. 59).

Já segundo Graziano Neto (1985, p. 27) “não é outra coisa, para ser mais correto, que o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia brasileira recente”. Conforme observa Delgado (1985), o processo de modernização da agricultura provoca intensa diferenciação entre as regiões e a exclusão de grupos sociais.

Neste cenário de conseqüências econômicas, sociais e ambientes uma grande parte da população agrícola perde sua identidade social, a partir do momento em que perde parcial ou total sua terra, buscando a sobrevivência no meio urbano. Os que permaneceram na área rural buscam constantemente estratégias de



sobrevivência e recriação de seu espaço de vida e de trabalho nesse meio. As estratégias estão ligadas ao fato da concentração da posse de terras nas mãos poucos proprietários, com uma produção pautada no mercado externo e para servir como matéria prima para a indústria, deixando a margem os pequenos produtores.

Estas mudanças provocaram a reconfiguração social do meio rural, o qual passou a ser percebido como espaço predominantemente destinado à produção, deixando de considerá-lo enquanto espaço de trabalho e de vida (WANDERLEY, 2000). A racionalização econômica que seguia a família camponesa segundo Schultz (1965) era a mesma da empresa moderna, pois havia quase nenhuma ineficiência na distribuição dos fatores da produção da agricultura tradicional.

Para a sobrevivência da agricultura tradicional houve a necessidade de alteração dos meios de trabalho se aliando as técnicas de atividades produtivas que tiveram novos direcionamentos com a modernização da agricultura. Com rápida industrialização reestrutura o campo, passando ao uso de agrotóxicos, fertilizantes, sementes melhoradas e máquinas. Segundo Corona (2006):

Pode-se dizer que o projeto desenvolvimentista, ao priorizar a grande propriedade e o pacote tecnológico (externo às particularidades da realidade nacional), promoveu, por um lado, a transformação de uma parte dos grandes proprietários em agricultores modernos, especializados (soja, trigo ou pecuária), individualistas, integrados ao mercado nacional e internacional e aos CAI's (complexos agroindustriais) e, por outro, uma inserção diferenciada dos camponeses na modernização, estabelecendo uma diferenciação social no seio da agricultura camponesa e também a exclusão de grande número de agricultores brasileiros desse processo (CORONA, 2006, p. 27).

A inclusão diferenciada da agricultura camponesa mostrou-se, relacionada de duas formas, de acordo com Corona (2006), primeiramente nas estratégias dos agricultores que buscaram potencializar seus recursos naturais, financeiros e familiares através do pacote tecnológico, os ganhos obtidos renderam terras próxima a sua unidade, alterando as bases da agricultura tradicional e as suas relações sociais; em segundo lugar, aqueles produtores que incorporaram parte das inovações tecnológicas, devido certas dificuldades que enfrentavam, nesses pode-se perceber uma combinação de elementos da tradição camponesa, a produção para o consumo, a afeição familiar, a diversificação da produção, a terra como patrimônio familiar, a combinação de aspectos familiares com os da comunidade e a inexistência da esfera econômica autônoma da vida social com técnicas modernas.



Enfatiza-se o caso de que parcela significativa do camponês foi extinta ou teve acesso problemático à modernização do campo, a eles restando às áreas pouco valorizadas, ou áreas afastadas, nas cabeceiras de expansão agrícola no Brasil. Assim, a produção de menor escala era associada à agricultura de base camponesa, já a agricultura com produção média a grande era de base empresarial (CORONA, 2006).

Em alguns lugares, a produção familiar é tida como fundamental ao desenvolvimento da agricultura, fundada essencialmente sobre a economia de subsistência; em alguns lugares ela é mantida, reconhecida, como a única forma social de produção capaz de satisfazer as necessidades essenciais da sociedade; em outros, ao contrário, é desacreditada sendo excluída de todo o processo de desenvolvimento (LAMARCHE, 1993).

Portanto, pode-se partir da premissa que o processo de modernização da agricultura vem desdobrando para além dos aspectos econômicos, a questão ambiental e os elementos socioculturais estão ganhando novos contornos neste debate.

Nesse novo olhar sobre o rural, possibilita o alcance de estratégias para novas formas de organização produtivas, valorização da cultura local e do espaço para a agricultura familiar, a qual pode possibilitar uma produção alimentar que promova a Segurança Alimentar e Nutricional.

3 AGRICULTURA FAMILIAR

A definição do termo Agricultura Familiar em estudos anteriores, centrava-se em partes na produção camponesa e em outras na pequena produção. A partir da década de 1980, se debruçava sobre suas distinções internas, onde de modo indutivo a presença de camponeses englobava várias categorias sociais, sendo interpretada de diversas maneiras que integravam uma visão dualista da estrutura fundiária brasileira.

No Brasil a nomenclatura da agricultura familiar surge na década de 1990 juntamente com a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) por meio de lutas do movimento sindical rural. E segundo Wanderley (2003), existe dificuldade em atribuir o conceito a essa categoria, pois para alguns autores, a definição se confunde com o enquadramento



no PRONAF, para outros corresponde a uma camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado em oposição aos demais.

Neste mesmo sentido Schneider (1999), descreve que a denominação, até a primeira metade dos anos 1990 esteve sucumbida à prioridade dada para as análises sobre a expansão do capitalismo no meio rural, as especificidades deste processo e a formação da estrutura de classes.

A abordagem da agricultura familiar é proposta com base na análise de variáveis complexas, construindo uma tipologia que leva em consideração a lógica familiar em relação a terra, ao trabalho e à reprodução familiar, de um lado, e o grau de dependência da organização e do funcionamento da propriedade em relação à tecnologia, ao capital financeiro e ao mercado, de outro (LAMARCHE, 1998).

O mesmo autor então define agricultura familiar como um conceito genérico, que incorpora múltiplas situações específicas, sendo o campesinato uma dessas formas particulares. “O campesinato tem um caráter familiar que se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica” (WANDERLEY, 2003, p. 45).

Neste sentido, o agricultor familiar sem dúvida é um ator social do mundo moderno, o que esvazia qualquer análise em termos de decomposição do campesinato (WANDERLEY, 2003).

Em controvérsia Abramovay (1992), analisa que o agricultor familiar na sociedade moderna representa uma forma de produção grandiosamente integrada ao mercado, que é capaz de incorporar os principais avanços técnicos e que responde às políticas governamentais, não podendo ser caracterizada como camponesa.

Já Wanderley (1999), considera que o agricultor familiar, mesmo que moderno inserido ao mercado guarda traços camponeses, pois ainda enfrenta problemas antigos, nunca resolvidos, os quais são fragilizados, nas condições da modernização, continua a contar com suas próprias forças. A mesma autora ainda salienta:

O camponês tradicional não tem propriamente uma profissão; é o seu modo de vida que articula as múltiplas dimensões de suas atividades. A modernização o transforma num agricultor, profissão, sem dúvida, multidimensional, mas que pode ser aprendida em escolas especializadas e com os especialistas dos serviços de assistência técnica (WANDERLEY, 2003, p. 46).



No Brasil a modernização alterou as atividades da produção agrícola de forma a beneficiar o mercado externo. Desta forma, as contribuições da prática camponesa na dinâmica econômica, social e cultural dos territórios foram inibidas pelo modelo produtivista (CARNEIRO, 2002). Isto resulta em situações negativas ao acesso de alimentos em quantidade e qualidade que cultivem o meio ambiente, buscando assim um novo paradigma de desenvolvimento.

O camponês não está desaparecendo, pois “a recampesinização expressa à formação de novas, robustas e promissoras constelações - que se apresentam, cada vez mais, superiores aos demais modos de produção” (PLOEG, 2006, p. 17). Segundo o mesmo autor, apesar do modo de produção voltado para o mercado capitalista, o camponês ainda persiste com suas diversas interfaces complexas dos modos de produção, todas permanecem combinadas de uma ponta a outra da constelação. Portanto, sendo camponês ou agricultor familiar seus modos de organização estão diretamente relacionados a produção alimentar a qual pode oferecer subsídios para a alimentação saudável e sustentável.

Neste axioma, pode-se adjudicar o citado pelo Banco Mundial/FAO (2008), em que o aumento da produtividade, lucratividade e sustentabilidade da agricultura é uma ferramenta de desenvolvimento vital para sanar os problemas alimentares. Sendo assim, deve-se reconhecer o desenvolvimento, seus determinantes e causas a serem de igual tamanho (BOISIER, 2002).

Os programas públicos, então passam a ser úteis para o fortalecimento da agricultura familiar e na integração da saúde humana, de forma a promover a Segurança Alimentar e Nutricional.

4 SEGURANÇA ALIMENTAR E AGRICULTURA FAMILIAR

Segurança Alimentar e Nutricional apresenta distintos significados que de acordo com Sacco Anjos, Caldas e Hirai (2007) apresenta:

Por uma parte, aparece associados com o que a literatura internacional define como *safety food*, referente às qualidades intrínsecas dos produtos alimentares do ponto de vista da sanidade e/ou das propriedades e atributos que lhes correspondem. Representa o que podemos definir como a versão stricto sensu dessa noção. A versão ampla da segurança alimentar (*food security*) tem a ver com o acesso a uma alimentação adequada como um dos direitos básicos ou fundamentais da pessoa humana; significa assegurar ao conjunto das populações uma oferta alimentar satisfatória, social e culturalmente referenciada (SACCO ANJOS; CALDAS; HIRAI, 2007, p. 5).



Nos países com alto nível econômico, utiliza-se os conceitos de segurança alimentar meramente para implantar barreiras às importações e elevar artificialmente os preços dos alimentos. Já nos países com baixos níveis econômicos, mais vulneráveis muitas vezes utiliza-se essa abordagem apenas para tabelar preços e impor grandes perdas aos produtores agrícolas. Esta prática é utilizada com o fim de satisfazer os eleitores, sendo o discurso da segurança alimentar utilizado por interesses particulares, na verdade mascarando ações que promovem a destruição do meio ambiente ou mesmo destruição dos hábitos culturais de uma população (BELIK, 2003).

No Brasil, a SAN tem 3 enfoques: ampliação ao acesso dos alimentos levando em consideração o padrão de consumo alimentar, produção e comercialização de alimentos em formas equitativas e sustentáveis, além de ações voltadas para as populações vulneráveis ou com requisitos alimentares específicos (MALUF, 2007). Neste sentido, a Segurança Alimentar e Nutricional se constitui como sendo um dos principais desafios que deve ser vencido pela sociedade, a qual busca a manutenção da vida humana como uma questão primordial, quando comparada aos interesses da comercialização (SISAN/PR, 2009).

As políticas públicas vêm assumindo contornos mais nítidos nos últimos anos no Brasil em relação a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, com aumento de programas e ações que ponderam a questão da equidade e da justiça, as relações éticas entre gerações, o uso adequado e sustentável dos recursos naturais, do meio ambiente e do tipo de desenvolvimento adotado. Além da preocupação nutricional, para gerir o potencial da população para adquirir alimentos e obter saúde e nutrição através da valorização da agricultura familiar, que desempenha diversos atributos no quesito de potencialidade de uma alimentação em quantidade e qualidade suficiente permanentemente.

Entre as múltiplas funções atribuídas à agricultura, Maluf (2003) enfatiza quatro: reprodução socioeconômica das famílias rurais, promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade, manutenção do tecido social e cultural e preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

Tal concepção articula a necessidade de formulações de estratégias para reformulação de políticas públicas, aliando o enfrentamento de problemas nutricionais e ao mesmo tempo fortalecimento da agricultura familiar, a qual é



produtora de grande parte da alimentação consumida pela sociedade, podendo consequentemente promover a Segurança Alimentar e Nutricional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil a modernização da agricultura alterou as atividades da produção agrícola de forma a beneficiar o mercado externo, sendo as práticas camponesas inibidas, o que resultou modificações da base técnica da agricultura familiar e sua estrutura socioeconômica, com notáveis consequências no quesito ambiental, social e alimentar.

Desta forma, aumentam as preocupações com as situações negativas ao acesso de alimentos em quantidade e qualidade que cultivem o meio ambiente, abrindo espaço para as discussões em torno da alimentação e agricultura familiar, visto que, são aliadas ao alcance da promoção da Segurança Alimentar e Nutricional.

A concepção da SAN tem passado por várias interpretações, sendo que sua significância ainda é discutida, devido seus diversos enfoques interligados a agricultura familiar, a qual desempenha potencial para contribuir com alimentação em quantidade e qualidade adequada permanentemente. É este o caminho que faz com que as políticas públicas passem realmente a ponderar questões de equidade, ética, cidadania e sustentabilidade ambiental, alcançando o desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, a compreensão de que entender a reconfiguração social da agricultura familiar é pertinente, torna-se chave para reformulações de programas públicos com intuito de promover a Segurança Alimentar e Nutricional. Isto é fundamental para caminhar em direção a construção de estratégias alimentares em uma espécie de simbiose emancipadora, possibilitando inovações promissoras no fortalecimento da agricultura familiar e na alimentação saudável e sustentável.

6 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992.

BANCO MUNDIAL/FAO. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2008 – Agricultura para o desenvolvimento**. Banco Mundial: Washington. DC, 2008.



BELIK, Walter; SILVA, José Graziano da; TAKAGI, Maya. Políticas de combate à fome no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.15, n. 4, p. 119-129, 2001.

BELIK, Walter. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 12-20, jan/jun. 2003.

BOISIER, Sergio. Desarrollo (local): ¿de qué estamos hablando? In: BECKER, Dinizar; BANDEIRA, Pedro S. (org.) **Desenvolvimento local – regional: determinantes e desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

CARNEIRO, MARIA J. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, R. J.; COSTA, L. F. C. (Orgs.). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

CORONA, Hieda M. P. **A reprodução social da agricultura familiar na Região Metropolitana de Curitiba em suas múltiplas interrelações**. 2005. 316 f. Tese (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

DELGADO, Guilherme C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965 – 1985**. São Paulo: Icone, 1985.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Agricultura Moderna**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LAMARCHE, Hugues (Coord.). **Agricultura Familiar: Comparação Internacional - do mito à realidade**. Campinas: Editora da UNICAMP, v.2, 1998.

_____. **A agricultura familiar**. Volume I. Campinas/SP: Ed. UNICAMP, 1993.

MALUF, Renato S. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. (Orgs.) et al. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p.135-152

PLOEG, Jan D. V. D. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sérgio. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

SACCO ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia V.; HIRAI, Wanda G. Agricultura familiar, Desenvolvimento Territorial e Segurança Alimentar: estudo de caso no Estado do Rio Grande do Sul. In: IV Encontro da Economia Gaúcha, 2008, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: PUC/RS, 2008. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/4-encontro-economia-gaucha/trabalhos.htm>. Acesso em: 15 ago. 2012.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e pluriatividade**. 1999. 470p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal. 1999. (Tese de Doutorado) - Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

SISAN/PR. **Política e Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Paraná**. Curitiba, 2009. 55 p.

TEIXEIRA, Jodenir C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, v. 2, n. 2, set. 2005.



WANDERLEY, Maria de N. B. Raízes Históricas do Camponato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

_____. A valorização da Agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. n. 2, p. 29-37, jul./dez. 2000. Editora da UFPR, Curitiba, 2000. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/viewFile/22105/14471>. Acesso em: 28 de junho de 2012.

_____. Agricultura familiar e camponato: rupturas e continuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.21, p. 42-61, out. 2003.

